

Primeira parte - O Cebrap nos anos 70

Genealogia do Cebrap

Bernardo Sorj

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. O Cebrap nos anos 70: Genealogia do Cebrap. pp. 13-29. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

II. Genealogia do Cebrap

A Universidade de São Paulo

O núcleo central dos membros do Cebrap estudou e iniciou a carreira profissional na USP (Universidade de São Paulo). A USP foi criada

... em 1934, por Armando de Salles Oliveira, concretizando o ideal de um grupo de intelectuais paulistas que girava em torno de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Paulo Duarte. De certo modo, a USP nascia sob o signo da contradição. Enquanto o país marchava celeremente sob uma ideologia centralizadora e autoritária, ... essa Universidade surgia sob a égide da ideologia liberal da Comunhão Paulista, vendo na pesquisa desinteressada e no ensino superior de qualidade instrumentos úteis para a formação da sua futura elite dirigente. Ela significava uma opção da elite de São Paulo, depois de sua derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, apostando na ciência e na cultura como meios da sua redenção, inclusive, política. (S. Motoyama, 1984, p.11.)

Florestan Fernandes insiste igualmente nas características da cidade que permitiram o florescimento da USP:

Certas peculiaridades de São Paulo, como cidade burguesa, foram fundamentais para o crescimento das instituições. ... Pelo menos durante mais de três décadas, as instituições criadas tiveram uma grande liberdade para decidir os seus caminhos, dentro dos limites da escassez de recursos materiais e humanos ou da falta de um planejamento racional de sua organização, expansão e aproveitamento construtivo de seus resultados. Essa liberdade, em parte, deve ser

creditada à tradição elitista: a utopia liberal-conservadora desde o início associou a inovação a propósitos puramente burgueses de hegemonia econômica, cultural e política. (F. Fernandes, 1977, p.223.)

Em 1947, especialmente por influência de Fernando de Azevedo, foi criado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (núcleo-base da USP) o Departamento de Sociologia e Antropologia. Tanto este departamento como o conjunto da USP tiveram como seus principais mestres professores europeus, e, no caso das ciências sociais, particularmente franceses. Essa formação européia das ciências sociais da USP acompanha a tendência geral da intelectualidade brasileira da época.

O departamento de Sociologia e Antropologia da USP tinha na figura de Florestan Fernandes seu principal mentor e, como marca principal, sua vontade de imprimir um novo estilo de produção intelectual, rompendo com o antigo ensaísmo, procurando utilizar sistematicamente os marcos conceituais ligados aos grandes clássicos do pensamento sociológico, propondo estudos específicos em vez de realizar grandes interpretações da realidade nacional. Na memória de fundadores do Cebrap, o reconhecimento da formação séria e dedicada vem acompanhado por críticas a certas características das quais os próprios membros dessa instituição procuraram — nem sempre com êxito — se desembaraçar.

Trechos da entrevista realizada em 1981 com Fernando Henrique Cardoso expressa os dilemas da experiência uspiana:

“A preocupação central era com o discurso científico, procurando afastar-se da ‘ideologia’, enfatizando a pesquisa empírica. Uma espécie de ‘anti-ISEB’ tanto no sentido de se opor a um grupo disseminador de ideologia como numa postura universalista que não aceitava as versões de uma ciência nacionalista proposta por alguns membros do ISEB.”* “A vida era austera, quase ninguém tinha carro, e ninguém aceitava trabalhar para o governo; quem o

* Instituto Superior de Estudos Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro e fechado pela ditadura militar em 1964.

fazia (Delfim Neto, por exemplo), era malvisto.”; “O estilo da USP era incestuoso, provinciano, ufanista, fechado, pouco orientado para a América Latina.” Ou, de acordo com outro entrevistado, “A USP era altamente hierárquica, competitiva, em função da ascensão na carreira universitária. [Essa estrutura desaparece em fins da década de 60 com a reforma universitária.] Os trabalhos eram realizados individualmente, às vezes sob patrocínio do professor titular.”

Apesar dessas críticas a sólida formação acadêmica recebida na USP foi um elemento central no desenvolvimento do grupo fundador do Cebrap. A diferença da nova geração de cientistas sociais que surge nos anos 70, a maioria com doutorado no exterior, a política de Florestan Fernandes era de que seus estudantes só saíssem do Brasil depois de realizarem o doutorado na USP, o que assegurou uma certa coesão intelectual e institucional de seus discípulos.

Na década de 70 a USP passou a ser promovida por vários cientistas sociais brasileiros como paradigma exemplar da produção de conhecimento independente do poder, em contraposição ao ISEB.¹ Embora compreensível no quadro de uma geração que descobre a “sociedade civil” e deseja ajustar contas com o período populista, essa perspectiva não faz justiça às relações complexas que a USP mantinha com a realidade política.

Como assinala Alfredo Bosi no prefácio a um destes trabalhos:

A cultura universitária de São Paulo escapou à vertente nacionalista, ou antes, ela nada teve que ver com qualquer prática nacional-popular. Para entender as suas razões profundas, creio que além de reconhecer a sua filiação (primeiro oligárquica, depois de classe média nobilitada pelo status na hierarquia docente); além de notar a sua desconfiança em relação a todo nacionalismo; além de verificar o seu descentramento em face do poder, é preciso pôr-se nos meandros da sua prática intelectual. A Universidade fez ciência social nos moldes franceses e americanos, correndo, às vezes conscientemente, o risco de ser positivista e funcionalista, logo “cientificamente” neutra; e de alhear-se, durante largos anos, ao processo de “conscientização” que se promovia

em outras áreas menos acadêmicas da inteligência brasileira, das quais saiu, certamente, o mais belo projeto de cultura popular que se conhece na História da América: o método de alfabetização de Paulo Freire. (A. Bosi, p.VI, in C.G. Motta, 1977.)

Não estando diretamente ligadas ao poder central, e até certo ponto numa posição — para as condições brasileiras — de privilegiado afastamento dos embates políticos, fortemente influenciadas nos seus princípios por professores europeus com uma forte tradição de autonomia acadêmica, as ciências sociais da USP se caracterizaram pela defesa da especificidade da produção científica e por sua autonomia em relação a outros campos da vida cultural. Esta orientação poupou-as dos compromissos e também dos descaminhos que o ISEB percorreu em seu engajamento na vida política brasileira.

Graças a esta formação, os futuros membros do Cebrap adquiriram um sólido treinamento em formular uma análise social expurgada da retórica ideológica. Este será um dos aspectos “fortes” dos trabalhos do Cebrap e, inclusive, de certa forma, facilitará sua sobrevivência no período de repressão do regime militar. A censura tem dificuldades com pesquisadores que não utilizam a retórica de tipo partidária para expressar suas idéias, mesmo que elas sejam, às vezes, de inspiração marxista.

O Seminário de Marx

Na atmosfera particular da USP, como expressão de uma maior radicalização política dos jovens professores e estudantes, mas dentro das regras do trabalho acadêmico rigoroso, surge em 1957 o Seminário de Marx, do qual vários membros terão posição central no Cebrap.

A criação deste grupo foi relatada brevemente, por escrito, por alguns de seus participantes. Assim Francisco Weffort, analisando a chegada do marxismo ao Brasil, indica que,

marginal na política, Marx entra na universidade também pela margem. Nessa época, em São Paulo, um grupo de jovens se reunia, de quinze em quinze dias, para ler *O capital*. Alguns eram auxiliares de ensino, outros ainda estudantes: Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Paul Singer, Octávio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Novais, Bento Prado Jr., Leôncio M. Rodrigues etc. Investiram nisso três anos de regular e metódico esforço de leitura. Poderia haver algo de mais saudável na academia? Não por acaso, muitos dos que passaram por Marx são hoje figuras notáveis na universidade, alguns deles, aliás, já vendo o velho mestre como netos costumam ver os avós. (*Isto É*, 9.3.1983.)²

Num artigo escrito em 1959, de fato o primeiro esforço de síntese das discussões filosóficas que tiveram lugar no Seminário, Giannotti indica que “o presente trabalho é fruto da leitura feita juntamente com Ruth Corrêa Leite Cardoso, Fernando A. Novais, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Michel Levy, Octávio Ianni e Paul Singer, tendo sido suas conclusões grandemente influenciadas pelos debates havidos...” (Giannotti, p.60, 1960). Embora o núcleo original do Seminário tenha permanecido constante, ao longo dele novas pessoas se integraram a esse grupo. Assim, a lista de Giannotti reflete o núcleo original e a de Weffort é mais tardia. Devemos, ainda, agregar aos nomes incluídos os de Rui Fausto, Juarez B. Lopes e Sebastião da Cunha.

Foi Giannotti, ao retornar da França, o mentor da idéia de formar um grupo de leitura rigorosa de *O capital*, a partir do pressuposto de que,

se levarmos em conta o extraordinário florescimento atual das ciências do homem, dificilmente cada pessoa seria capaz de dominar de uma forma crítica todos os terrenos explorados por Marx. Tendo isto em vista é que nos reunimos num grupo heterogêneo, que nos permitisse caminhar com certa segurança no interior dessas ciências, mas que nos custou horas a fio de irritantes discussões a fim de chegarmos a um vocabulário comum. Entretanto agora, depois de mais de um ano de seminários quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx e os problemas de nossa socie-

dade estudados por esse autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos. (Ibid., p.61.)

Na versão oral de Fernando Henrique Cardoso:

Na criação do grupo do *Capital*, reflete-se a relação contraditória do grupo com a USP. Por um lado, a maioria, senão a totalidade, eram membros docentes ou discentes da USP. Neste aspecto, reflete a USP no sentido que formavam um grupo de pessoas bem capacitadas e em condições de realizar um trabalho sério e sistemático, de procura e aprendizagem intelectual. Por outro lado, a USP apresentava claras limitações pelo posicionamento científico eclético, na medida em que o grupo do seminário acreditava que Marx devia ocupar uma posição particularmente privilegiada. Mas não se trata de um corte puramente intelectual. É também o primeiro esforço de reflexão coletiva com participação igualitária, independentemente de posições na hierarquia acadêmica.

O próprio Florestan Fernandes reconhece:

Os meus assistentes traziam consigo ventos novos, que vinham principalmente da França ou da Inglaterra. Eles haviam sido meus alunos e me respeitavam: o que eu lhes dera, porém, fora um mero ponto de partida e o respeito, para ser mantido, deveria ser continuamente reconquistado. No processo de auto-afirmação psicológica e científica, eles impunham, claramente, o peso da renovação que eles configuravam, graças a Lukács, primeiro, a Sartre, em seguida, a Goldman, mais tarde, e a uma pletora de leituras menores, em que se confundiam a “nova esquerda”, a “contracultura” e os principais representantes mais recentes da sociologia européia ou norte-americana. Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como a nova geração. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar os meus conhecimentos sobre os expoentes das novas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim. Eles constituíam um círculo de estudos, por exemplo, no qual se associaram sociólogos, economistas e filósofos,

que começou por uma análise dos textos de Marx. Eu me vi excluído. (1977, p.191.)

Este grupo de estudos que se reuniu intermitentemente por quase uma década, além de *O capital* e outros textos de Marx, estudou as obras dos maiores expoentes do marxismo como Hilferding e Rosa Luxemburgo, mas, apesar de que vários membros do grupo exercessem uma certa militância política, a obra de Lenin não foi considerada. O trabalho de doutorado de José A. Giannotti (1965) de alguma forma representa o mais importante esforço de reflexão em torno da obra de Marx ligado mais diretamente ao Seminário de Marx. Igualmente as introduções de Fernando Henrique Cardoso e as conclusões de Octávio Ianni a seus trabalhos de doutorado refletem os debates metodológicos sobre a obra de Marx.

As diferenças filosóficas internas entre os participantes se dividem entre uma forma de leitura de influência fenomenológica e estrutural, proposta por Giannotti, e outra mais influenciada por Sartre e Lukács, orientada mais no sentido de uma antropologia fundante. As diferenças no nível político (o grupo incluía desde membros do Partido Comunista a militantes trotskistas) aparentemente não afetaram o debate intelectual, o que representa, considerando a perspectiva da época, um feito impressionante.

A importância desse seminário reside em que ele permitiu, pela primeira vez no Brasil, e quiçá na América Latina, a um grupo de cientistas sociais com sólida formação acadêmica, identificados com o socialismo, desenvolver um conhecimento profundo da obra de Marx, o qual aplicaram em suas disciplinas, com simpatia mas de forma não-sacralizante. Isto, uma década antes de Althusser introduzir a moda de reler Marx no mundo acadêmico europeu. Ainda que seja uma leitura anterior ao “descobrimento” de Gramsci e das dimensões políticas e culturais da luta de classes, ela é excepcional no contexto de uma sociologia marxista, que no mundo todo, até os anos 70, se identificava com as versões soviéticas ou com o “marxismo dos cristãos e dos nacionalistas radicalizados,

dos quais este grupo explicitamente buscou diferenciar-se” (entrevista com J.A. Giannotti).

Assim, pioneiramente, a USP introduz cursos sobre Marx, oferecidos por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, quando antes ele era estudado de forma mais ou menos difusa como um dos precursores da moderna ciência social ou de forma apologética pelos grupos marxista-leninistas.

Na década de 60, e ainda no início da de 70, quando as teorias econômicas preponderantes, seja da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), seja a versão marxista soviética do Terceiro Mundo, seja a gerada pela revolução cubana, enfatizavam a estagnação da periferia, a formação marxista clássica dava aos participantes do Seminário de Marx uma perspectiva diferente do capitalismo. Retornando a Marx, eles enfatizam tanto as crises periódicas como a dinâmica de acumulação de capital, a exploração do trabalhador mas também a importância do desenvolvimento tecnológico e os ganhos de produtividade. Igualmente, a leitura dos clássicos levou-os a enfatizar mais a dinâmica das relações de produção e a estrutura de classes e menos as relações de dominação internacionais/imperialismo, problemática que dominava o marxismo da época. Já nos primeiros trabalhos de interpretação sociológica da evolução de São Paulo, Cardoso e Ianni (1959) assinalavam os processos e as características específicas da estrutura de classes interna como determinantes na industrialização desse estado.

A importância do Seminário de Marx, além de sua dimensão intelectual, deve ser lida de várias formas. Ele foi um elemento cristizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem. Quando o Cebrap foi criado, o seminário de Marx serviu como mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predefinição a um evento que teve muito de circunstancial.

Os membros do Cebrap que participaram do Seminário encontravam-se em condições de assumir o discurso dominante na esquerda — o marxismo — sem se subordinar ao debate ideológico. A síntese específica entre a formação acadêmica e o discurso

marxista permitiu que este grupo convergisse com o contexto ideológico da época da ditadura militar, em que as ciências sociais se institucionalizam e os cientistas sociais se radicalizam ideologicamente.

Esta capacidade de comunicação com o público pelo conhecimento do discurso marxista não foi isenta de ambivalência e mesmo de ambigüidades. Na medida em que o marxismo está associado a uma mensagem político-ideológica mais ou menos definida, pelo menos no contexto latino-americano do período, a utilização de categorias marxistas por membros do Cebrap pode ser entendida tanto como o emprego do discurso mais adequado *dentro* das ciências sociais para transmitir ou realizar uma certa análise social, quanto como um compromisso com os pressupostos ou conotações político-ideológicas desse discurso.

Aparentemente esta ambigüidade potencial já estava presente nos membros do Seminário de Marx e, no decorrer do tempo, implicaria trajetórias político-ideológicas cada vez mais diferenciadas entre eles. Nos anos 70, o contexto da repressão diminuiu ou limitou a pressão por uma confrontação mais explícita do sentido da utilização de categorias marxistas nas análises veiculadas pelo Cebrap.

América Latina

A América Latina é fundamental na formação do Cebrap em vários sentidos. Por um lado, foi na vivência direta de outras realidades da América Latina, e particularmente na interação intelectual e existencial com cientistas sociais em Santiago, no Chile, que se consolidou a formação intelectual de vários pesquisadores seniores do Cebrap. Por outro lado, é fundamental captar o ambiente ideológico então vigente na América Latina para definir o papel específico que o Cebrap terá no debate intelectual e político no início dos anos 70.

Dos pesquisadores do Cebrap da geração USP, foi Fernando Henrique Cardoso quem teve uma vivência mais duradoura de

trabalho no Chile. Em 1964, com prisão preventiva decretada, teve que exilar-se na Argentina, depois no Chile. Florestan Fernandes, assumindo a cátedra de sociologia em 1967, o nomeia primeiro-assistente e, em 1968, no seu retorno do Chile, Fernando Henrique é conduzido, por consenso, à cátedra de ciência política. Praticamente todos os membros não-uspianos do Cebrap, com exceção de Francisco de Oliveira, passaram pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e/ou pela Cepal, ambas sediadas em Santiago. Octávio Ianni teve ali uma curta experiência.

A história política e intelectual da América Latina na década de 70 desenvolveu-se sob o signo da revolução cubana. Pela primeira vez no continente, uma revolução antiimperialista consegue transformar-se numa sociedade socialista. A revolução cubana modificou totalmente o quadro do pensamento e da ação política na América Latina. Os partidos comunistas, que no momento atravessavam a crise produzida pelo cisma chinês, viram-se subitamente deslocados do seu papel de monopolizadores do discurso revolucionário socialista, já que a revolução cubana tinha sido realizada à margem do Partido Comunista e da teorização marxista. Ela provocou a radicalização de antigos grupos nacionalistas e socialistas e de uma nova geração de classes médias universitárias, que viam em Cuba a possibilidade de um caminho revolucionário “latino-americano”.

Posteriormente, a declaração de Fidel Castro de que era marxista-leninista, a denominação de Partido Comunista a seu grupo político e a integração crescente ao bloco soviético diminuíram, ainda que parcialmente, a contraposição original entre a revolução cubana e a tradição comunista latino-americana. A teoria revolucionária cubana se caracterizava por um forte pragmatismo e um certo primarismo intelectual, e como tal não fez uma contribuição específica ao debate teórico. Ainda assim teve um impacto central no sentido de arejar e questionar velhos esquemas marxistas difundidos pelos partidos comunistas, em particular na importância que davam à vontade política na transformação social.

Nas ciências sociais a nova geração intelectual influenciada pelo impacto da revolução cubana estabeleceu um duplo debate: com os partidos comunistas, por um lado, e com o pensamento da

Cepal, por outro.³ É neste contexto que se desenvolvem o conceito e as controvérsias sobre a dependência. Na verdade, a noção de dependência foi uma espécie de campo intelectual comum à intelectualidade latino-americana dos anos 60 e início dos 70, campo que adquiriu diversos significados, na maioria dos casos bastante imprecisos.

Nesse debate, foi central o livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito numa primeira versão em 1965 e na versão final em 1966-7. O livro introduz importantes nuances nas teorias dominantes sobre imperialismo e subdesenvolvimento. Ainda que reconhecendo a posição de dependência da América Latina face ao sistema capitalista internacional, as colocações de Cardoso e Faletto questionavam as versões estagnacionistas da Cepal ou da esquerda revolucionária.

A colocação fundamental do livro de Cardoso e Faletto refere-se à importância dos fatores “internos” na dinâmica histórica dos diferentes países latino-americanos. A idéia principal é que a soberania política não é uma mera aparência ou estrutura formal. O Estado nacional, inclusive nos países dependentes, tem um espaço de liberdade, em particular em momentos de crise ou inflexão do sistema capitalista. Embora a estrutura de classes interna interiorize as relações de dependência, a dinâmica política de cada país será definitivamente a responsável pela orientação que cada sociedade segue em situações históricas concretas.

Ainda que a explicitação teórica das relações entre fatores “internos” e “externos” permanecesse algo nebulosa, o argumento central questionava a perspectiva dominante na esquerda marxista, que entendia que a dinâmica do continente era determinada pelo imperialismo, na época o norte-americano, e que este unificava e homogeneizava o destino do conjunto dos países. Ao enfatizar a importância da dinâmica interna estava-se, implicitamente, questionando a teoria de uma via única para a revolução latino-americana, identificada com o modelo cubano.

De todas as formas, a revolução cubana foi central no rompimento do quase monopólio que os partidos comunistas exerciam sobre o discurso marxista; ao mudar o clima intelectual, ela veio

favorecer a abertura do marxismo e inclusive a versão deste que predominou no Cebrap. Por outro lado, se a teoria cubana caracteriza-se pelo seu caráter simplificador, homogeneizante e hipervalorizador do papel do imperialismo na história do continente, o Cebrap veiculou pressupostos metodológicos e teóricos distanciados ou em claro confronto com o debraysmo/guevarismo, no qual boa parte da esquerda latino-americana tinha embarcado em fins da década de 60, mas que no início dos anos 70 já estava derrotado militarmente e em franco declínio na maioria dos países do continente.

À medida que os membros do Cebrap foram se integrando à realidade brasileira, abandonaram o debate latino-americano e até mesmo o tema da dependência, embora este tenha sido um dos principais trunfos intelectuais que projetavam o Cebrap e em particular Fernando Henrique Cardoso no meio intelectual internacional. Na medida em que cientistas sociais brasileiros tinham cada vez mais vínculos internacionais, o reconhecimento internacional passou a ser um importante capital simbólico.

As ciências sociais no Brasil *circa* 1964

No início dos anos 60 os centros de ciências sociais de maior relevância no Brasil se concentravam em São Paulo — em torno da USP e, em menor medida, da Escola de Sociologia e Política —; no Rio de Janeiro, com suas duas universidades federais — do Brasil e Fluminense — a Estadual e o ISEB (fechado pelo golpe militar em 1964); tendo ainda em Belo Horizonte se desenvolvido em torno da Faculdade de Economia um núcleo importante de estudos sociais e políticos, enquanto em Brasília iniciava-se o processo de lançamento de ambicioso projeto de criação de um Instituto de Ciências Humanas.

O ISEB, funcionando no Rio de Janeiro, com muito mais visibilidade e impacto político que a USP e financiado pelo governo federal, procurava desenvolver um projeto para o Brasil. Nessa postura, o conhecimento era considerado um instrumento para se

elaborar uma doutrina de intervenção social. A USP, por sua vez, colocava-se como agente *autônomo* de produção de conhecimento, como esclarecia o próprio Florestan Fernandes:

Parece certo e indiscutível que o cientista moderno precisa ter consciência plena das vinculações das condições e dos produtos de seu labor intelectual com a organização da sociedade em que vive. Mas também é patente que nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico. A esse respeito, é justamente o sociólogo que pode estabelecer que, neste terreno, não há incompatibilidades entre o grau de desenvolvimento da estrutura social e a natureza do pensamento científico. As incompatibilidades, quando existem, revelam-se de outra forma: se a estrutura social não comportar determinado nível de diferenciação econômica e cultural, pura e simplesmente não poderá assimilar as técnicas, os valores e as instituições científicos.⁴ (F. Fernandes, 1977, p.68.)

É importante notar que o confronto entre o ISEB e a USP não se dava em torno de projetos societários diferentes, mas de estilos de trabalho intelectual: ensaísmo vs. rigor científico, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critério de avaliação universal.

Essa polêmica foi retomada após 1964 num debate travado na *Revista Civilização Brasileira* sobre a importância da tradição de ensaístas sociais na construção da teoria social (W.F. Santos, 1967). A posterior diluição do debate nos anos 70 em grande parte foi um subproduto da metamorfose intelectual de boa parte dos cientistas sociais que neste participaram. Como resultado do golpe de estado e do fechamento do ISEB vários de seus principais integrantes foram para o exterior, muitas vezes abandonando posições intelectuais anteriores, enquanto os cientistas sociais da USP assumiam posições cada vez mais engajadas.

Assim, Florestan Fernandes e outros membros de sua equipe, permanecendo no Brasil após o golpe e devendo confrontar de

forma mais ou menos direta o regime militar, assumiram posições de militância que se distanciaram do discurso dos anos 50. Ainda assim o debate sobre a relação entre teoria social e realidade social, entre o cientista social e a militância política, embora não chegue a ser explicitamente reaberto, permeia ainda hoje, de certa forma, o conjunto das ciências sociais no Brasil.

Entre 1964 a 1969 o clima intelectual teve clara continuidade com o período anterior. Isto é, a radicalização política e os temas do início dos anos 60, embora frustrados em seus aspectos práticos pelo golpe militar, continuaram avançando dentro do âmbito específico dos produtores da cultura. Como coloca Roberto Schwarz, “... apesar da ditadura de direita existe uma relativa hegemonia cultural de esquerda dentro do país”, (1970, p.37). Esta hegemonia existia, de acordo com Schwarz, no interior dos grupos de produção ideológica: estudantes, artistas, jornalistas etc., embora sem consequências políticas, já que os intelectuais se encontravam isolado tanto do poder como do povo.

A continuidade do clima intelectual até 1969 liga-se às próprias características do governo militar no seu primeiro período. Embora em 1964 tenha se instaurado uma importante máquina repressiva, as margens da liberdade de expressão permaneceram relativamente amplas. Do ponto de vista econômico, os primeiros anos do governo militar viram uma agudização da crise, o que levou a acreditar numa continuidade com a situação econômica do período anterior. Do ponto de vista político as lideranças permaneceram as anteriores ao golpe e a tendência no seio da esquerda foi igualmente de crescente radicalização.

Portanto, entre 1964 — momento do golpe militar —, e fins de 1968 — ano do Ato Institucional n.5 e do início do período que passou a ser chamado do “milagre econômico” —, a intelectualidade democrática brasileira ainda sob o estupor e rechaço do golpe não chegou a romper tematicamente com as questões que a esquerda colocava antes do golpe militar, ou desconfiar do surgimento de profundas transformações sociais.

Ainda assim surgem importantes foros de debate, entre os quais destacaram-se sobretudo a *Revista Civilização Brasileira* (1965-68)

e, com vida mais curta e mais orientada ideologicamente *Teoria e Prática* (1967).⁵ Nesse período é igualmente publicado o livro de Caio Prado Jr. *A revolução brasileira* (1967), possivelmente o trabalho mais importante da época no debate intelectual.

A partir do fim da década de 60, o “milagre econômico”, a luta guerrilheira, a radicalização do regime militar e as novas realidades societárias que foram surgindo como que jogaram para escanteio boa parte dos personagens do período anterior, dando lugar ao cenário no qual se desenvolverá o Cebrap.

A originalidade do Cebrap

Como vimos anteriormente, o clima intelectual após o golpe de 1964 continuou centrado nos temas e debates anteriores, dentro de uma dinâmica de radicalização crescente. É verdade que no interior das ciências sociais já tinham se iniciado importantes modificações, com o surgimento de novos cursos de pós-graduação em ciência política, na UFMG em Belo Horizonte primeiro e no IUPERJ, no Rio, depois, e a aparição de uma nova geração de cientistas sociais fortemente influenciada pelo ensino recebido na Flacso e nos Estados Unidos

Nesse contexto o Cebrap representou uma ponte muito particular entre a antiga geração de cientistas sociais pré-64 e aquela que se constituirá — como veremos adiante — com a expansão das ciências sociais na década de 70. Este papel foi construído tanto a partir da original bagagem intelectual como pela postura institucional dos fundadores do Cebrap.

Intelectualmente, os futuros membros do Cebrap estavam em condições de compreender que o Brasil entrava num novo ciclo de expansão capitalista que produziria profundas conseqüências econômicas e sociais. Frente à esquerda política, que continuava acreditando na incapacidade do regime militar de expandir as forças produtivas, e ao ufanismo da direita tecnocrática, os intelectuais do Cebrap estavam em condições de reconhecer a relevância do desenvolvimento econômico sem perder a consciência crítica pro-

porcionada pelo marxismo clássico, que não dissociava o reconhecimento da capacidade de acumulação capitalista de seus eventuais impactos sociais negativos.

Sem dúvida o impressionante “milagre” econômico brasileiro, a rápida derrota e marginalização da esquerda clandestina e os óbvios indicadores de desigualdade social alimentaram e favoreceram o tipo de análise desenvolvida pelo Cebrap, que dispunha de fortes alicerces na formação e na obra passada de seus membros. Esta capacidade analítica se sustentou tanto na teoria marxista como numa atitude renovada em relação ao papel do cientista social. Embora desenvolvendo posições críticas e a defesa de valores como justiça social e democracia, as análises dos membros do Cebrap não procuram justificar estratégias partidárias específicas ou confundir-se com grupos ou classes sociais, afirmando a especificidade do conhecimento científico não subordinado a nenhuma doutrina ideológica ou linha partidária.

Ao não assumir a postura de “procurador” ou porta-voz da classe operária, do povo ou da nação, o Cebrap distancia-se claramente tanto da tradição leninista como isebiana, refletindo uma postura mais “moderna”, na qual cada classe, grupo ou movimento social teria uma capacidade própria de representação. Assim, num contexto em que amplos setores da intelectualidade estavam engajados na resistência ao regime militar e na defesa de valores democráticos e de justiça social, o Cebrap não pretendeu em momento algum se transformar em centro formulador de doutrinas ou ideologias, sendo seu impacto político dado pela capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país.

A formação do Cebrap não só possibilitou a aglutinação de uma massa crítica de diferente *background* acadêmico, como permitiu também dar continuidade a uma série de esforços e projetos intelectuais começados antes de 1969 e interrompidos em decorrência da situação política que atravessava o país. Pode-se dizer que, neste sentido, o Cebrap funcionou como uma espécie de ponte e de “filtro” geracional. Claro está que a coexistência, no Cebrap, de diversas orientações e gerações não esteve isenta de conflitos ou tensões surgidas, não apenas devido a diferenças de ordem teórica

ou ideológica, mas também, como consequência da própria organização interna da instituição e de suas formas de distribuição e administração do poder decisório.

De certa forma o Cebrap representou um modelo que foi reproduzido em outros países latino-americanos com regimes militares. Ainda assim o Cebrap parece diferenciar-se desses casos tanto ao nível interno como pelo contexto externo. Internamente, por estar formado por um grande núcleo de intelectuais no auge de sua carreira intelectual, e com relativo grau de homogeneidade; em relação ao contexto externo, o regime autoritário brasileiro distingue-se, como veremos, das outras ditaduras do Cone Sul da época, por ter incentivado o desenvolvimento institucional e expansão das ciências sociais.